

**AS PSICOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO DE ALBERTO MERANI, IGNACIO MARTÍN-BARÓ
E HUSSEIN BULHAN: CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA BRASILEIRA**

**PSICOLOGÍAS DE LA LIBERACIÓN DE ALBERTO MERANI, IGNACIO MARTÍN-BARÓ
E HUSSEIN BULHAN: CONTRIBUCIONES PARA LA PSICOLOGÍA BRASILEÑA**

**LIBERATION PSYCHOLOGIES OF ALBERTO MERANI, IGNACIO MARTÍN-BARÓ E
HUSSEIN BULHAN: CONTRIBUTION FOR BRAZILIAN PSYCHOLOGY**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v18i1.71795>

Guilherme Faria Ribeiro¹

Pedro Henrique Antunes da Costa²

Resumo: No artigo, analisamos as propostas de Psicologias da Libertação de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan, extraindo convergências, divergências e desdobramentos para o desenvolvimento da psicologia brasileira. Elas convergem ao compreender a psicologia como produto sociohistórico do capitalismo, com alicerces coloniais, dependentes, racistas, dentre outros, marcada pela apropriação acrítica de teorias estrangeiras e pela alienação da prática profissional. As três propostas e a amálgama delas não resultam em mais uma forma de psicologia, mas dizem de um projeto ético-político distinto de psicologia, referente a uma práxis das/nas contradições e determinações (classe, raça, etnia, gênero e sexualidade) nos territórios e singularidades dos indivíduos, inscritas em nosso capitalismo dependente, se pondo a um novo horizonte de libertação societário e, nele, de superação da própria psicologia.

Palavras-chave: Martín-Baró. Merani. Bulhan. Psicologia da Libertação. Psicologia Crítica.

Resumen: En el artículo, analizamos las propuestas de Psicologías de la Liberación de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró y Hussein Bulhan, extrayendo convergencias, divergencias e implicaciones para el desarrollo de la psicología brasileña. Ellas convergen en la comprensión de la psicología como un producto sociohistórico del capitalismo y sus fundamentos coloniales, dependientes, racistas, marcado por la apropiación acrítica de teorías extranjeras y la alienación de la práctica profesional. Las tres propuestas y la síntesis de ellas no resultan en una nueva forma de psicología, sino que dicen de un proyecto ético-político distinto de psicología, que remite a una nueva praxis, se posiciona hacia un nuevo horizonte de liberación social y a la superación de la propia psicología.

Palabras clave: Martín-Baró. Merani. Bulhan; Psicología de la Liberación. Psicología Crítica.

Abstract: In the article, we analyze the proposals of Liberation Psychologies by Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró, and Hussein Bulhan, extracting convergences, divergences, and implications for the development of Brazilian psychology. They converge in understanding psychology as a socio-historical product of capitalism and its colonial, dependent, racist, and other foundations, marked by the uncritical appropriation of foreign theories and the alienation of professional practice. The three proposals and their amalgamation do not result in yet another form of psychology, but rather speak to an ethical-political project distinct from hegemonic psychology, referring to a new praxis and positioning itself towards a new horizon of societal liberation and, within it, the overcoming of psychology itself.

Keywords: Martín-Baró. Merani; Bulhan. Liberation Psychology. Critical Psychology.

Introdução

Este artigo, oriundo da tese de doutorado do primeiro autor, partiu da necessidade de analisar três formulações de Psicologias da Libertação, a saber, as de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e de Hussein Abdilahi Bulhan. Trata-se de um exercício de crítica da psicologia, na esteira de outros esforços nos marcos da tradição marxista, mais especificamente à sua função social de reprodução da ordem capitalista.

O estudo é produzido em um momento em que cada vez mais se recrudescer a presença da psicologia em nossas vidas, de tal modo que nunca se produziu e consumiu tanta psicologia. Por exemplo, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022), o país já ultrapassa a marca de 550 mil psicólogos(as) registrados, tornando-se o maior contingente mundial da profissão. A psicologia brasileira vai se “democratizando” pelo consumo, ampliando seu mercado, seu alcance e seu poder sobre nossas vidas (Costa; Farias, 2022).

A despeito de mudanças importantes no perfil da profissão, atreladas à política de ampliação do acesso ao ensino superior e das ações afirmativas, frutos de lutas sociais, os dados evidenciam a persistência do elitismo social, racial e de gênero na profissão, que, ao fim e ao cabo, remetem às nossas estruturas e relações sociais desiguais em termos de classe, racistas e machistas (bem como LGBTfóbicas, capacitistas etc.) (CFP, 2022). Ainda de acordo com o CFP (2022), 72% dos profissionais são egressos de instituições privadas, contra 27% de públicas, revelando a centralidade da lógica privatista. O perfil aponta uma categoria predominantemente branca (64%), com sub-representação de negros (8,5%) e indígenas (0,3%). As condições de trabalho e salariais são desiguais, com menores remunerações às mulheres, mesmo sendo uma profissão massivamente feminina.

Paralelamente, os dados de saúde da população brasileira reforçam, por um lado, a generalização do sofrimento psíquico na forma dos ditos transtornos mentais e, por outro, a naturalização de tal sofrimento de forma individualizada. A “democratização” da psicologia brasileira está diretamente relacionada aos altos índices disso que se entende como saúde mental, ou melhor, à sua compreensão atrelada à doença ou ao adoecimento (Costa, 2024). Por conseguinte, não é sem intenção que se vê o fomento cada vez maior à psicoterapia como panaceia aos problemas da vida – inclusive como forma de mistificar a determinação social do sofrimento, circunscrita a uma privatização, psicologização e psicopatologização da vida.

Aliado a isso, uma escovação a contrapelo da história da psicologia nos faz constatar que a psicologia, em sua hegemonia, tem tido uma precária contribuição na tarefa de libertação da classe trabalhadora. Ela tem servido fundamentalmente como conhecimento e práxis à dominação ideológica e concreta (Costa; Farias, 2022; Boechat, 2017; Guzzo, 2010; Lacerda Jr., 2013), enquanto ciência subordinada ao capital (Yamamoto, 1987) e, nas particularidades de nosso país e região, reproduzindo nossa condição colonizada e dependente (Martín-Baró, 1986/2011).

Assim, em face da cada vez maior psicologização da vida, em que a psicologia se apresenta (e é apresentada) como ferramenta de libertação, não estaria tal libertação no libertar-se da psicologia? Em suma,

cada vez mais não se torna premente um horizonte de psicologia da libertação no sentido de se libertar da psicologia?

Diante do exposto, no trabalho, analisamos as formulações teórico-práticas das Psicologias da Libertação de Alberto Merani, Ignacio Martín-Baró e Hussein Bulhan, destacando seus fundamentos e sentidos, bem como elementos de suas gêneses e funções sociais, explicitando convergências e divergências entre elas. Trata-se de um estudo teórico, alinhado ao materialismo histórico dialético. Como mencionado, é um recorte de uma tese de doutorado, na qual se realizou uma análise imanente das três propostas de Psicologia da Libertação, apreendendo também suas gêneses e funções sociais. No presente trabalho, considerando as limitações de espaço, apresentamos uma síntese destas análises.

No caso de Martín-Baró, sua presença na psicologia brasileira tem ganhado relevância, devendo-se, em grande medida, ao empenho de pesquisadores(as) que viabilizaram traduções, publicações e espaços de debate, possibilitando a consolidação de sua Psicologia da Libertação como referência crítica no país (Costa; Mendes, 2022; Guzzo, 2010; Lacerda Jr., 2017; 2018). Em contraste, a despeito de sua relevância na crítica da psicologia no contexto latino-americano, a obra de Merani permanece pouco difundida em nosso país e restrita a leituras parciais, vinculadas à psicologia do desenvolvimento e à pedagogia, frequentemente subordinadas à influência de Henri Wallon, o que resulta em uma compreensão limitada de sua produção (Costa; Mendes, 2022). Situação ainda mais incipiente se observa em relação a Bulhan, cujas obras não foram traduzidas para o português brasileiro, sendo seu pensamento acessado principalmente de modo indireto, a partir de seus diálogos com Frantz Fanon. Embora existam contribuições recentes que abordam sua proposta de Psicologia da Libertação e enfatizam a necessidade de uma práxis que ultrapasse os limites da própria Psicologia, elas permanecem pontuais (Costa; Mendes, 2022; Lacerda Jr., 2018; Guzzo, 2010).

Buscando reverter ou minimizar este cenário, nos debruçamos sobre as produções dos três autores, as quais contêm as formulações de Psicologia da Libertação (Bulhan, 1985; Merani, 1972; Martín-Baró, 1986/2011), bem como outros textos deles e literatura secundária. A partir disso, apresentamos sínteses dos pressupostos das três propostas de Psicologia da Libertação. Posteriormente, apontamos convergências e divergências delas no que se refere à crítica da psicologia hegemônica e às próprias elaborações de Psicologia da Libertação. Por fim, extraímos desdobramentos de tais contribuições para o desenvolvimento da Psicologia brasileira, dialogando com suas particularidades e com outras produções nos marcos da crítica marxista à psicologia.

Pressupostos da Psicologia da Libertação de Alberto Merani

Alberto Leônidas Merani Colombo (1918–1984) foi um psicólogo e filósofo argentino, com atuação destacada na crítica à psicologia latino-americana de 1960 a 1980. Influenciado por Henri Wallon, desenvolveu uma obra extensa, abrangendo áreas como psicologia do desenvolvimento, epistemologia, educação e reflexões precursoras sobre a Psicologia da Libertação. Apesar de sua relevância, sua produção é de difícil acesso e pouco difundida no país (Costa; Mendes, 2022; Bonfigli, 2009).

A obra meraniana foi progressivamente marginalizada, processo atribuído à sua postura fortemente crítica e ao fato de assumir explicitamente uma perspectiva marxista, inclusive no interior da psicologia crítica (Costa; Mendes, 2022). Nesse ínterim, seu estilo direto, agitativo e pouco mediado também pode ter contribuído para sua rejeição. Do ponto de vista teórico, Merani filia-se à tradição marxista europeia (e catedrática) e às formulações do jovem Marx sobre a alienação. Essa categoria ocupa lugar central em sua crítica à psicologia, entendida como ciência e prática alienada e alienante. Ainda que Merani não desenvolva de modo aprofundado a noção de alienação, ele a utiliza como eixo explicativo para analisar as formas pelas quais a psicologia se articula à ideologia e à tecnocracia.

Sua ideia de Psicologia da Libertação é apresentada no livro *Psicologia e Alienação* (Merani, 1972), como forma de superação da condição alienada da psicologia. Nisso, ele reconstrói as origens da psicologia desde a tradição filosófica grega, passando pelo racionalismo cartesiano, até sua incorporação pela lógica produtiva da Revolução Industrial. Nesse percurso, para ele, a psicologia afastou-se de ser uma antropologia concreta e passou a servir à produtividade, ao controle social, à adaptação dos indivíduos e às exigências do sistema, apoiando-se em uma racionalidade tecnocrática vinculada ao *scientific management*, à engenharia humana, à publicidade e à propaganda. A dicotomia cartesiana corpo/mente, retomada e atualizada nos séculos XIX e XX, fundamentou uma psicologia que separa eficiência e consciência, consolidando práticas voltadas à maximização da mais-valia e à legitimação ideológica do regime industrial.

Para Merani, este processo resulta em uma psicologia alienada ou formas de psicologia alienadas (e alienantes). Por exemplo, correntes como o pragmatismo, o behaviorismo e a psicanálise são analisadas, sendo que, apesar de diferenças teóricas, convergem na função de ajustar o indivíduo ao sistema, seja pela lógica estímulo-resposta, pela instrumentalização da conduta ou pela domesticação da consciência. Nesse processo, a psicologia transforma-se em técnica de poder, que nega a historicidade humana, operando como máscara humanizadora do sistema vigente (Merani, 1972; 1976).

O autor também evidencia como, nos processos de seleção profissional, a psicologia atua na investigação das intenções, atitudes e disposições subjetivas dos trabalhadores, contribuindo para uma forma aprofundada de alienação. A subjetividade passa a ser mensurada, classificada e arquivada, deslocando os problemas sociais para o plano individual. A publicidade e a propaganda, apoiadas em fundamentos psicanalíticos, ampliam esse processo ao criar necessidades artificiais, distorcer a percepção da realidade e produzir pseudo-personalidades ajustadas ao consumo (Merani, 1972).

É nesse horizonte que se insere a Psicologia da Libertação proposta por Merani. Apoiada em um humanismo radical, de concepção genética e dialética, sendo para ele uma *antropologia concreta*, ela seria uma forma de superar tais psicologias alienadas - que são formas de ser da psicologia hegemônica. Sua perspectiva compreende o ser humano como ser social, orientado pela ação-reflexão/práxis. Libertar a psicologia implica, simultaneamente, desalienar o saber psicológico e o ser humano, reconhecendo-o como sujeito histórico capaz de transformar as estruturas sociais (Merani, 1972).

Ainda que limitada por situar sua crítica nos marcos acadêmicos e profissionais, e por se colocar a salvar a psicologia, sua proposta mantém relevância ao oferecer uma alternativa teórica e ética frente à psicologia da alienação. Sem diminuir em nada suas contribuições, no entanto, a pergunta que fica é: como

podemos ir ainda mais além, num movimento dialético de superação (ou suprassunção), superando a própria psicologia, ao compreendermos que sua existência, mesmo que menos alienada, ainda é alienada?

Pressupostos da Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró

Ignacio Martín-Baró (1942-1989) nasceu na Espanha, iniciando seus estudos jesuítas. Ingressou na Companhia de Jesus, em 1959, indo para Equador e Colômbia estudar humanidades, Filosofia e Letras. Em seguida, se mudou para El Salvador, onde naturalizou-se e se formou em Teologia e Psicologia, com obtenção do título de mestre em Ciências Sociais na Europa, em 1979. Finalizou o doutorado em Psicologia Social nos Estados Unidos e retornou a El Salvador (Oliveira *et al.*, 2014).

O contexto salvadorenho é marcado pela colonização espanhola, pela oligarquia do café, o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social, além da repressão militar associada ao imperialismo estadunidense. Na década de 1970, fraudes eleitorais e a violência estatal impulsionaram a organização dos movimentos populares, como a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), intensificando o conflito armado e a guerra civil. Foi nesse cenário que a práxis de Martín-Baró se radicalizou, articulando crítica ideológica, produção científica e fortalecimento do poder popular.

Suas contribuições se expressam na formulação da Psicologia da Libertação, fundamentada na Teologia da Libertação, num marxismo eclético, na pedagogia de Paulo Freire e na teoria crítica. Essa proposta se insere em uma ampla “escola da libertação”, que atravessou diversos campos do saber e das lutas sociais latino-americanas, frequentemente enfrentando perseguições e tentativas de silenciamento.

Martín-Baró foi assassinado, junto de outros trabalhadores em 1989, nas dependências da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, em que era docente e vice-reitor. Após sua morte, sua obra se difundiu amplamente na América Latina, embora tenha sofrido processos de descaracterização e apagamentos quanto ao seu marxismo.

Apesar de Martín-Baró e Merani terem vivido e produzido seus projetos em períodos e contextos similares, até onde se sabe os dois nunca se encontraram ou consolidaram relações (Costa; Mendes, 2022). Diferentemente de Merani, Martín-Baró apresenta uma proposta mais sistematizada, estruturada a partir de pilares constitutivos ou eixos, explicitamente reafirmados por ele. Para Martín-Baró (1986/2011), a miséria da psicologia latino-americana constitui uma expressão do caráter colonial-dependente da região e o conforma. Ele identifica quatro elementos centrais dessa miséria: mimetismo cientificista, ausência de uma epistemologia adequada, falsos dilemas e fatalismo.

O mimetismo cientificista diz respeito à incorporação acrítica de modelos psicológicos estrangeiros, sobretudo de origem norte-americana, em detrimento das especificidades históricas, sociais e culturais da América Latina. A ausência de uma epistemologia adequada manifesta-se na prevalência de pressupostos como positivismo, individualismo, hedonismo, visão homeostática e a-historicismo, que fragmentam a experiência humana, ocultam as determinações sociais do sofrimento e naturalizam a ordem vigente. Já os falsos dilemas são oposições entre abordagens que afastam a psicologia dos problemas reais da população. O fatalismo, por sua vez, deve ser compreendido como uma construção histórica e social, internalizada em

contextos de opressão, e não como traço psicológico ou cultural inerente aos povos latino-americanos. Ele expressa a resignação diante de condições de vida marcadas pela desigualdade, sendo reforçado tanto por explicações psicologizantes quanto por leituras religiosas que naturalizam a submissão e inibem a ação coletiva. Em síntese, esses elementos operam conjuntamente para legitimar a ordem burguesa e seu caráter dependente latino-americano (Martín-Baró, 1986/2011).

Os pressupostos da Psicologia da Libertação de Martín-Baró buscam superar essa psicologia miserável, mesmo sem deixar de ser psicologia, porém, comprometendo-a com a libertação das maiorias populares. Martín-Baró (1986/2011) fundamenta essa proposta em uma nova epistemologia, que parta da realidade concreta das populações e opere por meio de uma inversão dialética marxiana, na qual os problemas reais convocam as teorias. Defende-se uma nova práxis baseada no compromisso ético-político do(a) psicólogo(a) com a classe trabalhadora rejeitando a suposta neutralidade científica. Além disso, postula-se como tarefas urgentes: a recuperação da memória histórica, necessária para enfrentar o presentismo e o fatalismo internalizados; a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, voltada a desmascarar os mecanismos ideológicos que naturalizam a opressão; a conscientização, entendida como processo dialético de transformação individual e coletiva. Esses processos devem ocorrer a partir da perspectiva das maiorias populares; não “para” elas, mas “com” elas, em diálogo permanente. O salvadorenho enfatiza ainda a valorização das virtudes populares, como solidariedade, resistência, fé e esperança, historicamente invisibilizadas pela psicologia tradicional, bem como a importância das organizações populares, como instrumentos fundamentais de luta de classe.

Por fim, sustenta-se que a Psicologia da Libertação implica uma redefinição do papel social e político do(a) psicólogo(a), exigindo uma práxis comprometida, dialética e histórica. Longe de renunciar ao rigor científico, essa perspectiva propõe uma ciência enraizada na realidade social, orientada pela libertação dos povos latino-americanos e pela construção de uma sociedade mais justa, na qual o bem-estar coletivo não se produza à custa da desumanização das maiorias. A questão que fica é se “uma Psicologia da Libertação requer uma libertação prévia da psicologia” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 196), o horizonte prático não seria a emancipação da humanidade da psicologia? Ou seja, a edificação de uma sociabilidade na qual a psicologia não seja mais necessária ou não faça mais sentido?

Pressupostos da Psicologia da Libertação de Hussein Bulhan

Hussein Abdilahi Bulhan, natural de Somalilândia, em África, é atualmente professor e coordenador da Universidade Frantz Fanon, instituição que ajudou a fundar e homenageia um de seus maiores influenciadores, o revolucionário Frantz Fanon. Psicólogo de formação, Bulhan possui doutorados em Filosofia pela Universidade de Boston, em Psicologia Clínica pela Universidade Harvard e em Psicologia Clínica pela Universidade Wesleyan (EUA). Antes de retornar à África, atuou como professor titular e diretor interino do programa de Psicologia Clínica da Universidade de Boston, consolidando uma carreira de destaque internacional.

Além de suas contribuições acadêmicas, Bulhan teve papel crucial na liderança do acordo de paz durante a guerra civil na Somalilândia, entre 1994 e 1997. Ele também prestou assistência a milhares de vítimas de guerra, com atuação compromissada com a reconstrução social e o fortalecimento da saúde mental em contextos de conflito e pós-conflito.

Bulhan introduz pressupostos de uma Psicologia da Libertação em 1985, no livro *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression*. Nele, apresenta de forma contundente a vida e obra de Fanon e o impacto do colonialismo europeu sobre os povos africanos. Também expõe como as práticas da psicologia e psiquiatria foram instrumentalizadas para justificar e manter um sistema dominado pelo colonialismo, imperialismo e racismo.

Para o autor, a psicologia hegemônica reprime a sua história ao negar seu envolvimento com a violência colonial europeia, o imperialismo e a supremacia branca, apresentando-se falsamente como neutra, universal e científica. Desde suas origens, a psicologia desenvolveu-se articulada aos interesses das classes dominantes. No contexto das revoluções burguesas, pelo colonialismo, teorias psicológicas passaram a fornecer racionalizações científicas para justificar a exploração da classe trabalhadora e a inferiorização racial. O debate entre natureza e criação ocupou lugar central nesse processo, frequentemente ocultando seu conteúdo político e sendo utilizado para legitimar o racismo, a eugenia e a desigualdade social (Bulhan, 1985).

Nesse sentido, Bulhan destaca a consolidação do racismo científico, especialmente por meio da psicometria e dos testes de inteligência. Esses instrumentos serviram à classificação, segregação e controle social de pobres, negros e imigrantes, conferindo à psicologia prestígio institucional, poder político e rentabilidade econômica. A psicologia, nesse sentido, tornou-se parte ativa do aparato de dominação, especialmente durante as guerras mundiais e na gestão da força de trabalho.

No campo da psicoterapia, Bulhan (1985) critica a psicanálise e o behaviorismo. Para ele, a primeira, embora originada em experiências de opressão, assumiu um caráter predominantemente assimilacionista e adaptativo, afastando-se da crítica estrutural da dominação. O segundo, por sua vez, reduziu o ser humano a respostas observáveis, desconsiderando história, intencionalidade e relações de poder, reforçando práticas de controle compatíveis com os interesses burgueses. Em ambos os casos, a psicoterapia tradicional é denunciada como inadequada para enfrentar a opressão, pois individualiza conflitos sociais, culpabiliza as vítimas e funciona como mercadoria acessível apenas às elites.

Um eixo central de sua crítica é o solipsismo da psicologia euro-americana, que se manifesta em três dimensões: presumida (universalização da visão de mundo eurocêntrica); metodológica (hegemonia do positivismo ou do subjetivismo); e experiencial (generalização das vivências de homens brancos de classe média). Esse solipsismo sustenta reducionismos analíticos, biologizantes e maniqueístas, que classificam populações inteiras como inferiores, desviantes ou patológicas. Bulhan (1985) também analisa a psicologia maniqueísta, que organiza o mundo em polos opostos (civilizado *versus* bárbaro, humano *versus* subumano, branco *versus* negro) legitimando a violência, a repressão policial, o encarceramento e a medicalização dos oprimidos. Por fim, ele evidencia que a psicopatologia e a hospitalização psiquiátrica são instrumentos de controle racial e de classe, uma vez que os ditos transtornos mentais incidem de forma desigual sobre grupos

oprimidos (negros e pobres) e resultam em taxas mais elevadas de internação compulsória, bem como a relação entre loucura e opressão.

Em contraposição, sua proposta de Psicologia da Libertação é uma formulação superadora da psicologia hegemônica, que é uma psicóloga da opressão. Bulhan (1985) fundamenta sua proposta nas necessidades humanas fundamentais (como o alimento) em contraposição aos *instintos*. Na superação do individualismo liberal em direção ao bem-estar coletivo e na transição do ajustamento ao empoderamento, entendido não como processo individual liberal, mas como fortalecimento coletivo (Costa; Mendes, 2025), articulado à práxis social organizada. Bulhan (1985) destaca a centralidade da práxis (atividade humana consciente, intencional e socialmente significativa) como fundamento da transformação psicológica e social. A alienação da práxis, expressa no trabalho alienado, no desemprego e na passividade, conduz à morte social e psicológica dos oprimidos. Como resposta, a *psicopráxis* deve integrar autocapacitação, mecanismos de confrontação, a reconstrução da identidade e de biografias, bem como a transformação das condições históricas que produzem sofrimento.

Para Bulhan (1985), a Psicologia da Libertação deve assumir um compromisso radical com a emancipação, a descolonização e a desracialização. Neste sentido, indagamos se este processo não aponta para a superação da própria psicologia, compreendida como parte das estruturas coloniais que busca criticar?

Convergências e divergências na crítica à psicologia hegemônica

Apresentada uma síntese das três propostas de Psicologia da Libertação, adentramos no diálogo entre elas, e o que podemos extrair de convergências de divergências (ou, melhor, complementações). Primeiramente, extraímos importantes sinalizações das trajetórias dos três autores. Em todos os casos, há um movimento de ida em direção aos contextos de opressão, na periferia do capitalismo. Martín-Baró não somente migra da Espanha para a América Latina, como se radica no território latino-americano, num contexto de efervescência política, naturalizando-se salvadorenho. Bulhan, por sua vez, saiu dos Estados Unidos, retornando à sua terra de origem, com transitoriedade em outros contextos de guerra em África. Em suma, as propostas de ambos não ficaram apenas no plano teórico, da proposição, mas, em certa medida, foram e têm sido (no caso de Bulhan) efetivadas junto aos condenados da terra em contextos formais e declarados de guerra e/ou disputas por libertação nacional; ambos buscaram (e buscam) efetivar suas críticas numa práxis concreta. As trajetórias de Martín-Baró e Bulhan já denotam como suas propostas centram-se na práxis.

No caso de Merani, a trajetória também possui algumas semelhanças, a partir do momento em que ele se muda para a Europa, para a sua formação e, posteriormente, retorna à América Latina, para dar continuidade à sua carreira. Porém, diferentemente dos outros dois, sua atuação se restringe mais ao âmbito acadêmico, à disputa das ideias - algo que, em hipótese alguma, é irrelevante. Assim, uma convergência relevante é o fato de que não é casual que as três propostas tenham surgido ou se desenvolvido, em certa medida, na periferia do capitalismo, especificamente na América Latina e em África.

O surgimento dessas formulações no chamado Terceiro Mundo evidencia o caráter combinado e desigual do modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento do centro se sustenta sobre o “subdesenvolvimento” da periferia, marcada por heranças coloniais, escravistas e dependentes, atravessadas por profundas desigualdades econômicas e sociais. Dialecticamente, também denota que este desenvolvimento não é determinista, mecanicista, e que há agência do sujeito coletivo chamado classe trabalhadora e a relevância de suas lutas.

Outro aspecto digno de nota, e não ocasional, é a presença do marxismo nas três propostas. Em Merani, de forma mais ortodoxa, onde o autor dialoga bastante com as elaborações sobre a alienação do jovem Marx, além de ter sido discípulo de Henri Wallon, teórico marxista francês; em Martín-Baró, de modo heterodoxo e, até mesmo, eclético, apoiado fundamentalmente em produções latino-americanas que dialogaram com o marxismo ou que nele se fundamentaram, como a Teologia da Libertação, a Teoria Marxista da Dependência, a pedagogia de Paulo Freire, dentre outras, por fora e por dentro da psicologia – algumas delas nem eram marxistas; e, no caso de Bulhan, embora não se trate de um autor marxista, observa-se um diálogo com o marxismo, sobretudo por meio de Frantz Fanon (Costa; Mendes, 2022; 2025). Nesse sentido, essa base teórico-epistemológica, apropriada a partir de campos externos à psicologia, possibilitou a construção de análises mais concretas, críticas e historicamente situadas no interior da própria psicologia.

Como a história demonstra, o grosso das experiências de libertação nacional ocorridas na periferia do capitalismo (em África, na Ásia e nas Américas) se deu a partir do marxismo, fossem elas explícita e conscientemente marxistas, ou que passaram a ser marxistas ou a dialogar com ele no seu desenrolar (Prashad, 2019). Isso se torna ainda mais importante de ser ressaltado quando consideramos o contexto de vida dos autores, o momento histórico de suas formulações concernentes à Psicologia da Libertação, nos anos 1960, 70 e 80. É neste solo histórico que vemos o avançar (e o retroagir, sobretudo a partir da violência imperialista e colonialista) de inúmeras experiências anticoloniais. Assim, as três propostas abordadas não podem ser analisadas de maneira dissociada do chão que as produziu, que se expressou, nas suas contradições nelas e por elas, ao passo que elas não apenas o refletiram, mas também o forjaram, incidiram nele, o alargando, conformando-o.

Escrevemos isto, aliás, num contexto em que há um movimento concreto de descolonização, de libertação nacional e luta anticolonial, em meio a quase oito décadas de invasão, de *apartheid*, de limpeza étnica e de um avanço genocida. Estamos falando da resistência e da luta da Palestina. Inspirados pelos exemplos de Martín-Baró, de Bulhan e de Merani, questionamos: como pensar uma Psicologia da Libertação sem considerar a centralidade da luta palestina? Sem que a construção desta psicologia passe pela solidariedade ativa e altiva com o povo palestino e o rechaço ao colonialismo e imperialismo israelense, estadunidense e das potências que chancelam esta barbárie? Guardadas as proporções, o mesmo vale à Venezuela, em face dos recentes ataques imperialistas estadunidenses, à resistência anticolonial em África, como no Sahel, dentre outras.

Apesar das diferenças de enfoque, os três autores convergem ao afirmar que a psicologia não surge de forma isolada, num vácuo social. Ela é uma necessidade sócio-histórica orientada à reprodução da sociabilidade capitalista. Para Merani (1972) a dicotomia cartesiana na psicologia se consolidou na vertente

experimental e psicométrica, ambas alinhadas às ciências naturais e, posteriormente, às psicoterapias centradas no estudo da consciência. Tal conformação respondeu às exigências da burguesia na Revolução Industrial, marcado pelo predomínio das máquinas e pela intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Bulhan (1985) também reconhece as raízes da psicologia na tradição grega, mas as amplia ao situá-la na imposição (neo)colonial e imperialista europeia sobre o restante do mundo. Suas teorias, instrumentos e práticas racistas não apenas ignoraram essa realidade, mas contribuíram para encobri-la, tornando-se dispositivos de violência dirigidos ao povo negro. Essa crítica dialoga com Martín-Baró (1986/2011), que localiza as origens da miséria da psicologia no contexto latino-americano em nosso desenvolvimento colonial-dependente. Para ele, a psicologia não apenas expressa essa posição subordinada, como também a reproduz ao legitimar um modernismo científico e tecnológico que oculta desigualdades e violências históricas.

Portanto, é nas sociedades capitalistas europeias do final do século passado (XIX) que se deve buscar as bases da psicologia. Assim, em nossa avaliação, a psicologia como uma ciência parcelar, autonomizando-se da filosofia, nos marcos da divisão técnica e social do modo de produção capitalista, já diz de uma forma alienada de se estudar e compreender o ser humano. É nesse sentido que Yamamoto (1987) a caracterizará como ciência burguesa, aliado ao fato de que nesta sociabilidade (burguesa) as ciências acabam subsumidas aos desígnios e necessidades do capital - o que não significa que não existam brechas e contradições internas para disputa e melhorias.

Não à toa, a psicologia se ancora na alienação indivíduo-sociedade, como se ambos se produzissem de maneira fragmentada, dicotômica - no máximo, um influenciando o outro - com a primeira instância (o indivíduo) cabendo à psicologia, como se fosse sua propriedade privada, e a segunda (a sociedade) à sociologia. Dessa forma, está na natureza (social) da psicologia ser alienada, reproduzindo, justificando e naturalizando a alienação capitalista e sua divisão social e técnica do trabalho. Com isso, não estamos aqui adentrando em nenhum debate moral, do bom ou do mau, apenas constatando o caráter social e histórico da psicologia e como a sua crítica é, ao fim e ao cabo, uma crítica de dupla face: a ela e à sociabilidade que a forja, que a faz psicologia e se faz e reproduz nela/por ela.

Nesse sentido, para conferir maior concretude a essas origens, é importante destacar que, embora a psicologia tenha surgido no interior do sistema capitalista, esse sistema não é homogêneo e carrega a marca de sua desigualdade combinada em escala global. Diferentemente do que ocorre no restante do mundo, o capitalismo nos países periféricos, especialmente nos latino-americanos, está vinculado a uma gênese colonial-escravista. Nestes marcos, há uma inserção tardia e subordinada na divisão internacional do trabalho, conformando uma condição de dependência que, ao mesmo tempo, diz de países que conseguiram sua independência política formal, mas sem romper com uma condição de subordinação, expressando uma relação dialética de subdesenvolvimento no/pelo desenvolvimento dos países centrais (Marini, 2017).

É nesse contexto que a psicologia se origina e se expande, configurando-se hegemonicamente como uma ciência e profissão *da e para* as classes dominantes. A inexistência de um marco conceitual compatível com essa realidade resultou em um enfoque reducionista e esvaziado de significação, marcado por um

servilismo social. Seu reducionismo metodológico desconsidera o contexto histórico-social e converte problemas concretos em abstrações idealistas, distanciando a psicologia das condições reais de vida das maiorias populares. Não surpreende, portanto, que a relevância da psicologia aumente à medida que as condições de vida se deterioram: quanto mais adversa a realidade, mais útil ela se torna para a manutenção da ordem vigente. Esse fato deveria nos alertar tanto para a psicologia quanto para a sociabilidade que a produz e dela necessita, ao mesmo tempo em que evidencia a urgência de disputá-la (Costa; Farias, 2022).

Nesse ponto, aliás, uma particularidade distintiva da proposta de Psicologia da Libertação de Martín-Baró diz respeito a como ela pode ser compreendida como a mais latino-americanista das três, a mais *nuestra* delas. Isso se dá justamente por ela se nutrir mais diretamente das lutas e dos processos revolucionários empreendidos na região. Quer dizer, ela mesma diz destes movimentos, não apenas reproduzindo-os e os expressando, mas, em certa medida, fazendo parte deles; sendo eles. Não à toa, a sua fundamentação na Teologia da Libertação e o diálogo com outras iniciativas que se espriam no solo latino-americano e que vão muito além da produção teórica e acadêmica.

Outro ponto de convergência nas críticas à psicologia hegemônica diz respeito aos impasses epistemológicos que, por sua vez, também se configuram como impasses ontológicos. Nessa direção, Martín-Baró (1986/2011) destacou que a ausência de uma epistemologia adequada resulta em uma psicologia latino-americana que desconsidera as sabedorias populares, alinhando-se à perspectiva do dominador. Merani (1972) denuncia falhas metodológicas da psicologia hegemônica, entendendo-as como instrumentos de alienação a serviço dos interesses capitalistas, os quais ignoram o contexto histórico, a consciência humana e o diálogo interdisciplinar. Suas críticas incidem sobre abordagens reducionistas, positivistas e instrumentalizadas. Bulhan (1985) evidencia abordagens metodológicas que, ao se alinharem a interesses (neo)coloniais, caracteriza-se por um solipsismo metodológico que reduz experiências humanas, universalizando perspectivas de brancos de classe média e negando as realidades vividas por povos negros e afrodescendentes.

Em síntese, as principais convergências dizem respeito à negação pela psicologia da concretude da classe trabalhadora e sua diversidade. Trata-se, portanto, de uma crítica à universalização de um indivíduo não apenas burguês, porque oriundo da sociedade burguesa, mas também eurocêntrico, branco e, acrescentamos, homem cis e heterossexual. O foco desloca-se para um indivíduo genérico/abstrato, para a psicologização, para a extração da mais-valia e para a reprodução do racismo e outras estruturas e relações de opressão.

Ademais, embora as críticas epistemológicas à psicologia sejam relevantes, há um excesso de discussões centradas apenas nelas, quando o debate incide antes sobre a ontologia, isto é, sobre o que é o ser humano e a sociedade, qual é sua natureza social e histórica e quais as implicações disso. Não é o caso dos três autores citados, mas, conforme argumenta Lacerda Jr. (2024), há um epistemologismo na crítica à psicologia, que leva a inflexões que chegam a descaracterizar o sentido de epistemologia, como se ela se reduzisse a uma mera substituição de conceitos, sem fundamentação e/ou coerência ontológica. A libertação da psicologia passa, portanto, por uma crítica ontológica que se espria numa práxis política.

Especificamente quanto às críticas às abordagens ou tradições psicológicas (ampliando à psicanálise), os três convergem ao compreendê-las como instrumentos ideológicos que mediatizam o acesso do(a) psicólogo(a) à realidade concreta, porém, de modo fetichizado e mistificado, promovendo sua alienação e reproduzindo a alienação própria do modo de produção capitalista. Tais críticas articulam-se ao entendimento de Martín-Baró (1986/2011) de que os intensos debates entre diferentes abordagens psicológicas configuram por vezes falsos dilemas, sendo estéreis e incapazes de responder às demandas concretas das populações.

A crítica de Merani (1972) reforça esse diagnóstico ao indicar que a psicanálise, o behaviorismo e a psicometria, embora apresentadas como avanços científicos, constituem expressões ideológicas de uma psicologia alienada voltada à manutenção da ordem social e à adaptação do indivíduo ao capitalismo. Além disso, destaca o papel da psicologia como base da publicidade e propaganda, instrumentos centrais de manipulação da consciência. Nesse processo, a identidade própria é substituída por símbolos idealizados vinculados ao consumo, alimentando um psicologismo irracional que atribui valor excessivo ao saber psicológico e oculta as relações desiguais de dominação. Nesta linha crítica, Bulhan (1985) acrescenta que as principais correntes da psicologia euro-americana se baseiam em concepções reducionistas, maniqueístas e descontextualizadas do ser humano, derivadas de perspectivas brancas e burguesas. Nesse quadro, a psicopatologização da vida e os processos de cura tornam-se coercitivos e violentos, reforçando a função social ideologizante e alienante da psicologia. Ponderamos apenas sobre como Bulhan e Merani abordam a psicanálise de maneira monolítica, desconsiderando críticas que existem e são desenvolvidas no interior dela.

A partir do exposto, constatamos que as divergências são mais em termos das ênfases que os autores darão para determinadas implicações concretas da práxis psi. Não se trata de uma divergência de fundo. Sendo assim, ao serem dialogadas, possibilitam complementações e uma apreensão mais abrangente e totalizante da psicologia. Por exemplo, Bulhan evidencia de modo contundente o racismo na e pela psicologia euro-americana. Assim, suprime lacunas e carências nas apreensões de Martín-Baró e Merani. No caso do primeiro, há uma relevância à questão camponesa e ao camponês. No entanto, há também uma desconsideração ou minimização da questão racial, o racismo e suas implicações, por mais que sejam mencionados e criticados em alguns textos (p. ex. Martín-Baró, 1973/2022). Já em Merani, isso é ainda mais lacunar e problemático.

Quanto ao patriarcado e suas expressões no machismo, sexismo e misoginia, também observamos desconsiderações e lacunas nos três. Há uma maior consideração por parte de Martín-Baró, na sua análise da opressão da mulher salvadorenha, compreendendo a família tradicional burguesa como um cárcere ao desenvolvimento feminino, estruturada por crenças estereotipadas que naturalizam a divisão sexual do trabalho e atribuem à mulher o papel exclusivo de cuidadora (p. ex. Martín-Baró, 1990). Tais crenças compõem o que ele denomina *ideologia familiar dominante*. Esse cárcere se evidencia nas condições concretas de vida de muitas mulheres (mães solas, vítimas de violência sexual, empobrecidas e submetidas ao isolamento doméstico), o que empobrece suas possibilidades de existência. As alternativas, segundo o autor, passam por reconhecer o caráter histórico da família e redefinir a divisão social e sexual do trabalho, ampliando a autonomia das mulheres.

Convergências e divergências nas propostas de Psicologia da Libertação

A primeira convergência quanto às propostas de Psicologia da Libertação é a necessidade de um novo horizonte: para a psicologia e, ao mesmo tempo, societário, humano. Essa mudança exige que ela se descentralize de si, deixando de priorizar a defesa de seu status científico calcado na neutralidade axiológica, para voltar-se às necessidades e potencialidades das maiorias populares. Por isso, o(a) psicólogo(a) deve tomar partido e se implicar na transformação do mundo (Martín-Baró, 1986/2011; 1996). A partir do exposto, devemos refletir: a partir de quem (o onde), em benefício de quem e, nisso, como vemos os processos? Com quem e para quem está trabalhando? Coloca-se, então, a necessidade de revisão crítica e reelaboração da psicologia, processo que só pode ser feito com a adoção da perspectiva da classe trabalhadora, das maiorias populares. Isso não significa que devemos falar ou fazer por elas, mas fazer uma imersão em suas realidades, numa construção dialógica e coletiva para que a psicologia impulse verdadeiramente suas demandas e projetos de futuro.

A conscientização constitui outro elemento fundamental para desalienar o senso comum e a experiência cotidiana. Por meio dela, torna-se possível superar o reducionismo, recolocando a consciência humana no centro da ação. Essa concepção amplia o alcance da intervenção psicológica, pois a conscientização não se limita a uma mudança subjetiva, mas pode auxiliar na transformação das condições objetivas de vida. Logo, o horizonte conscientizador exige respostas e posturas claras do(a) psicólogo(a) diante da desigualdade social, do desemprego, da guerra, da tortura, do racismo, da violência de gênero, da lgbtfobia, do genocídio negro e indígena, reposicionando sua atuação frente às injustiças sociais e intervindo diretamente nelas.

Em consonância com Martín-Baró, Bulhan (1985) também propõe a construção de novos horizontes, ainda que seus apontamentos se concentrem na psicoterapia e na clínica. Para ele, é fundamental reconsiderar a categoria de *necessidades humanas*, ao invés de instintos, pois tais necessidades expressam não apenas frustrações, mas também potencialidades dos oprimidos, como o acesso à água, ao alimento e ao trabalho, e não podem ser ignoradas pela psicologia. Esse novo horizonte deve igualmente valorizar a socialização, o enraizamento e a cultura, elementos centrais da vida social e contrapostos ao individualismo. Assim, a busca pela autodeterminação dos povos constitui uma necessidade tão essencial quanto aquelas mais básicas, por estar intrinsecamente ligada às experiências de liberdade.

Ainda no âmbito da psicoterapia, Bulhan defende uma *psicopraxis* que devolva aos oprimidos sua capacidade de ação, que ultrapasse a intelectualização da experiência ou o alívio momentâneo da dor e se realize em atividades organizadas e coletivas, capazes de restaurar identidade, agência e poder aos sujeitos. Sua análise, fortemente influenciada por Fanon, mostra que a cura não pode ocorrer no isolamento, mas apenas na reinserção dos indivíduos em processos coletivos que desalienam sua prática cotidiana e reconstituem vínculos sociais.

Além disso, em Bulhan sustenta que a psicologia deve ser conscientemente racializada, assumindo uma racialização crítica e deliberada da disciplina - com o horizonte de desracialização dela e da realidade. Como argumentam Costa e Mendes (2025), a psicologia já é racializada, mas, ao não reconhecer tal condição,

reproduz o racismo. Por isso, torna-se necessário promover um movimento de racialização consciente que reconstrua a identidade e a subjetividade negra a partir de uma perspectiva crítica e descolonizadora. Essa proposta deve articular-se a uma práxis comprometida com as reais necessidades do povo negro e não-branco, e isso não pode ser feito no isolamento dos laboratórios, mas na luta cotidiana pela descolonização e desracialização da realidade, o que não ocorrerá de forma mágica, e sim por meio de um enfrentamento persistente e contínuo.

Quanto a Merani (1972), por sua vez, o novo horizonte da psicologia se configura como uma psicologia humanizada, voltada à apreensão do ser em sua concretude histórica e social, buscando atender às necessidades humanas. Sua proposta converge com as formulações de Martín-Baró e Bulhan ao defender uma psicologia comprometida com a transformação das condições concretas de vida da classe trabalhadora. Assim, embora cada autor destaque diferentes ênfases, seus horizontes são convergentes, pois se orientam pelas demandas da classe trabalhadora, do conjunto dos explorados e oprimidos, e se opõem ao alinhamento da psicologia hegemônica às necessidades sociais e ideológicas do capitalismo.

Os autores também convergem na construção de novas perspectivas epistemológicas alinhadas à nova práxis. Essa nova epistemologia exige uma perspectiva que “seja a partir de baixo, das próprias maiorias populares oprimidas” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 192). Assumi-la não implica descartar os conhecimentos já produzidos, mas submetê-los a uma revisão crítica desde o ponto de vista das maiorias populares, de modo que as técnicas aprendidas revelem suas potencialidades libertadoras ou, ao contrário, seus efeitos de submissão.

Diante da realidade capitalista, na sua particularidade colonial-dependente, adotar essa perspectiva significa realizar um movimento da periferia ao centro, desalienando e descolonizando os conhecimentos produzidos pela disciplina. Essa tarefa requer articulá-la às lutas e aos movimentos de libertação na África, América e Ásia, circunscrito à luta geral da classe trabalhadora em se emancipar, emancipando a humanidade. A crítica, a descolonização e até a superação da psicologia passa pelas lutas concretas de quem deve lutar não apenas para sobreviver, mas para se libertar. Ou melhor, as lutas por libertação e pela emancipação humana passam pela psicologia. A descolonização da psicologia é, antes de tudo, a descolonização da realidade. Não há descolonização daquela sem a desta. Portanto, este movimento deve ser pensado por dentro, mas também por fora da psicologia. A desalienação e a descolonização da psicologia se realizam na luta: anticolonial, antimanicomial, antirracista e anticapitalista (com horizonte socialista) (Costa; Mendes, 2025).

As formulações dos autores apontam para a necessidade da organização popular. Esse é um dos elementos mais relevantes das propostas de Psicologias da Libertação. Especialmente Martín-Baró (1987/2017) e Bulhan (1985) convergem quanto à necessidade de os psicólogos não apenas estudarem, mas também se engajarem em organizações populares, sindicatos e outras formas de prática coletiva de classe. Merani, por sua vez, não aborda diretamente essa dimensão em suas reflexões, ficando mais restrito à psicologia.

Nessa perspectiva, nenhuma conscientização é efetiva sem formas organizativas que canalizem os interesses populares para o confronto histórico de classes. A contribuição de Bulhan (1985) converge

amplamente com a de Martín-Baró, especialmente ao diagnosticar que a psicologia marcada pelo individualismo, falhou em se alinhar ao ativismo social. Por isso, ela deve promover a auto-organização, a ação conjunta e o fortalecimento dos laços comunitários. A organização popular, nesse sentido, não é apenas um meio estratégico, mas uma via para superar a impotência, a apatia, o fatalismo, a dependência que marcam a vida sob regimes de opressão (Bulhan, 1985; Martín-Baró, 1987/2017).

O resgate da memória histórica, aliado à valorização das virtudes populares e à mobilização de mecanismos de confrontação, é outro ponto de convergência entre Martín-Baró e Bulhan. Isso se torna especialmente relevante ao considerarmos que os povos latino-americanos, historicamente submetidos à violência colonial e racista, mantiveram em seu cotidiano um potencial de resistência que escapa às interpretações da psicologia hegemônica. O salvadoreño destaca que a história do continente também é marcada por solidariedade, fé, esperança e disposição para o sacrifício em nome do bem comum, virtudes que, mesmo sob condições brutais de opressão, sustentaram a sobrevivência dos povos e sua capacidade de projetar futuros possíveis. Contudo, a psicologia em grande parte negligenciou tais virtudes, voltando-se a parâmetros culturais externos. Sabemos pouco sobre as potencialidades históricas de nossos povos e tendemos a reduzi-las a estereótipos como fatalismo, religiosidade excessiva ou machismo.

Bulhan (1985) enfatiza que a libertação exige resistência e enfrentamento direto das forças que sustentam a opressão. Assim, o resgate das identidades e biografias, aliado ao desenvolvimento de mecanismos de confrontação, torna-se indispensável. O poder e a liberdade não são concessões, mas conquistas forjadas no conflito. A resistência implica enfrentar as estruturas institucionais da dominação e os mecanismos internalizados que mantêm os oprimidos subordinados. Como observou Fanon no processo de libertação argelina, é no calor da luta que surge uma energia criativa e transformadora, em que as biografias individuais se entrelaçam com a construção coletiva de uma nova história.

As propostas de Martín-Baró, Merani e Bulhan podem ser compreendidas como projetos ético-políticos (Lacerda Jr., 2018) de transformação da psicologia, e não como a criação de novas áreas ou especialidades disciplinares (Costa; Mendes, 2022). Em comum, essas formulações articulam uma crítica radical à psicologia hegemônica, em seus fundamentos epistemológicos, metodológicos, práticos e ético-políticos e defendem sua reorientação em direção às necessidades concretas das maiorias exploradas e oprimidas. Nesse sentido, a Psicologia da Libertação afirma-se como uma práxis comprometida com a superação da alienação, da naturalização da exploração e da opressão, propondo uma psicologia humanizada, popular e socialmente implicada, voltada à emancipação coletiva e à construção de novas formas de existência social. Trata-se de um humanismo radical.

Por isso, afirmamos que as formulações dos três autores refletem a possibilidade da construção de um projeto ético-político distinto de psicologia, que supere a psicologia, por mais que ainda seja psicologia. Ao mesmo tempo, um projeto de psicologia que, sendo desenvolvido e efetivado, contribua para a sua própria superação, ao se pôr a contribuir na transformação da realidade que faz a psicologia, e se reproduz nela/por ela. Por isso, superar a psicologia não se trata de simplesmente rechaçar a psicologia, inclusive deixando desassistidas as pessoas com necessidades as quais podem ser dirimidas ou satisfeitas por uma práxis psi comprometida ética e politicamente. A superação da psicologia passa pela necessidade de

desenvolvermos meios de (re)apropriação coletiva e socialização daquilo que é produção do próprio ser humano, e não um monopólio ou propriedade privada dela; de superarmos um estado das coisas, que lida privativamente com o que é produção social, pois do ser humano como ser social.

Não cabe ao(à) psicólogo(a) desempenhar um papel decisivo em processos de transformação estrutural da sociedade. Isso, porém, não implica que ações profissionais orientadas para a transformação sejam inúteis ou desnecessárias, tampouco significa que a prática, por não ser neutra, não possa se articular e contribuir com instrumentos de luta populares e projetos societários alternativos. É justamente nesse ponto que propomos refletir sobre a viabilidade de um projeto coletivo e defendemos que as Psicologias da Libertação constituem possibilidades para tal construção.

Psicologias da Libertação e psicologia brasileira: crítica e superação

Nesta seção, procuramos reiterar a importância das propostas de Psicologia da Libertação à psicologia brasileira, trazendo à tona algumas de suas particularidades. Não se trata de uma historicização da psicologia no Brasil, mas de, pautados em trabalhos que se propuseram a isto, dialogar com os autores desde a concretude de nossa psicologia.

Em uma breve contextualização histórica da psicologia brasileira, é possível identificar sua miséria colonial-dependente, seu caráter alienado e (re)produtora de opressões. Já no período colonial, Antunes (2012) identificou a presença de saberes psicológicos justificando e legitimando a colonização e a dominação de africanos escravizados e povos indígenas. Tal processo ocorreu por meio da catequese e da educação jesuítas, baseadas no medo, castigos, punição e controle. Esse período reforça os apontamentos de Bulhan (1985) e sua denúncia de que a psicologia nunca esteve imune à violência colonial imposta a nós pelos europeus, sendo um de seus instrumentos, ainda que reprima esse fato em sua história. Também se alinham às denúncias de Martín-Baró. Por mais que estejamos falando de um período anterior à consolidação ou, mesmo, à regulamentação da psicologia como profissão no país, em 1962, é nesse solo histórico e em seu desenvolvimento que a psicologia assenta raízes.

Posteriormente, com o início da urbanização e da industrialização tardia brasileira, durante o chamado período “moderno”, os saberes psicológicos ou mesmo a psicologia enquanto ciência, já autonomizada da filosofia, mantiveram-se como instrumentos ideológicos, de disciplinarização, racismo e higienismo. Tal orientação se manifestou sobretudo em iniciativas que buscavam “embranquecer” o país por meio de práticas e teorias psicológicas racistas, voltadas à psicopatologização dos marginalizados e à manicomialização de negros e pobres, considerados improdutivos e insubmissos (Costa; Farias, 2022).

Essas limitações epistemológicas, que também são ontológicas (e sociais), impedem o reconhecimento de saberes afro-indígenas, quilombolas, do resgate da memória histórica e das virtudes populares, perpetuando o que Bulhan (1985) denominou *solipsismo*: uma psicologia centrada em um *eu branco*. Para que essa situação seja superada, convergimos com Bulhan (1985) e Costa e Mendes (2025) quanto à necessidade de uma psicologia conscientemente racializada, uma vez que ela já o é de forma inconsciente. A psicologia é hegemonicamente racista em seus fundamentos, instrumentos e métodos, ainda que desenvolvida em um país cuja maioria da população é composta por pessoas não-brancas.

Nesse sentido, a ausência de uma epistemologia adequada converge com o *mimetismo cientifista*: a adoção acrítica de modelos teóricos e metodológicos estrangeiros, frequentemente descontextualizados (Martín-Baró, 1986/2011). Ao reproduzir acriticamente tais referenciais, a disciplina compromete sua capacidade de responder aos problemas concretos da população, disseminando saberes inadequados que, além de insuficientes, contribuem para ocultar as reais necessidades sociais. Nesse ponto, ressaltamos um alerta de Martín-Baró (1986/2011): a alternativa não pode ser uma psicologia do *coqui*, termo cunhado pela psicóloga porto riquenha María Milagros López para criticar perspectivas de psicologias *nacionalistas* (o coqui é um anfíbio típico de Porto Rico), como se o problema fosse meramente de localidade; uma disputa nacional *versus* internacional; dentro *versus* fora.

Desse modo, a crítica ao caráter colonizado ou dependente da psicologia brasileira não deve se limitar à rejeição formal do pensamento euro-estadunidense, mas compreender-se como expressão das determinações históricas do capitalismo dependente nas suas particularidades (Costa; Faria, 2022). Os processos que se orientam à descolonização da psicologia devem ter como base uma práxis totalizante que apreenda a colonização e a dependência na/da psicologia como expressão particular do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o problema da colonização ou dependência da psicologia a transcende, sendo econômico, político, social e cultural, por mais que, ao se manifestar nela/por ela, requer ações específicas por dentro da psicologia (Costa; Mendes, 2025).

Com o avanço industrial, da urbanização e a expropriação da classe trabalhadora de suas pequenas propriedades, nos marcos do capitalismo dependente brasileiro, grande parte da população, especialmente a negra e pobre, passou a migrar para centros urbanos sudestinos. As classes dominantes passam a se referir à classe trabalhadora empobrecida como *loucos*, *prostitutas*, *mendigos*, *vadios* etc. Nessa direção, somaram ideias racistas consolidadas por saberes médicos e psicológicos, destinadas a garantir a supremacia branca europeia (Antunes, 2012).

A psicologia no Brasil desempenhou papel central na seleção e no recrutamento de trabalhadores, segregando e ajustando-os às exigências do novo modelo econômico e prevalecendo-se como instrumento de disciplinarização e controle social. A regulamentação da profissão em 1962 representou uma etapa de autonomização formal, mas não de ruptura. A disciplina continuou organizando a força de trabalho, patologizando e manicomializando aqueles considerados *inaptos* ou *insubordináveis* (Costa; Farias, 2022). Tal constatação alinha-se às críticas formuladas por Merani (1972) à psicologia hegemônica.

A função ideológica da psicologia se tornou evidente à medida que seu desenvolvimento se alinhou à ideologia burguesa centrada na propriedade privada, na concepção de indivíduo liberal-burguês e na importação de modelos estrangeiros e aplicá-los sem qualquer mediação com a realidade brasileira. Esse caráter sustentou a atuação da disciplina ao longo do século XX, especialmente após o golpe empresarial-militar de 1964, quando a psicologia reforçou sua compatibilidade com os interesses das classes dominantes e com a ditadura (Boechat, 2017; Lacerda Jr., 2013).

A função alienada da psicologia ao regime industrial adapta os sujeitos aos imperativos de eficiência e produtividade. No Brasil, essa lógica permanece presente, a despeito de mudanças na forma, atravessada por uma racionalidade tecnocrática gerencialista neoliberal via discursos de desempenho, autogerenciamento

e resiliência, que despolitizam e psicologizam a exploração da força de trabalho. Tanto que agora não se trata mais de trabalhadores, mas de colaboradores, empreendedores e afins. A crítica de Merani (1972) à *scientific management* e à *engineering human* mantém-se atual, a despeito das mudanças na esfera produtiva (e reprodutiva), ao evidenciar a cumplicidade da psicologia brasileira com a lógica do capital.

Ressaltamos que essa hegemonia não se deu sem críticas e tentativas de ruptura, emergindo experiências contrárias e de resistência. Nessa perspectiva, citamos: a Psicologia Social Comunitária, com diálogos profícuos com outras experiências latino-americanas, e suas interfaces com outras ramificações da psicologia crítica como a Psicologia Política; o resgate da Psicologia Histórico-Cultural, nas experiências de Vigotski, Luria, Leontiev e, mais recentemente, desbravando outros autores da Psicologia Soviética; a Psicologia Sócio-Histórica, tendo como marco o Projeto de Psicologia e Compromisso Social. Todos eles se põem a rejeitar o individualismo, o positivismo e o tecnicismo da psicologia dominante. Destacam-se também organizações, associações, coletivos etc. e a articulação com movimentos sociais que, não sem limitações e contradições, dão continuidade e densificam as críticas à psicologia.

Paralelamente, com muita luta popular, o processo de redemocratização possibilitou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas mudanças transformaram a psicologia, mas não alteraram de forma substancial seu processo formativo e profissional. A suposta *democratização* da psicologia, reduzida à ampliação de seu alcance e de seu mercado, dissociada de mudanças desde os seus fundamentos até a sua prática, tende a continuar disciplinando indivíduos que agora a acessam e a consomem, mantendo a persistência de práticas de controle social sob uma fachada de popularização e democratização. Para piorar, o aumento da relevância da psicologia não tem significado melhores condições de trabalho e de vida aos(as) psicólogos(as), que, como parcela da classe trabalhadora, também são alvos da ofensiva do capital e de sua precarização (Costa; Farias, 2022).

No âmbito do SUS e do SUAS, a despeito de importantes mudanças, ainda observamos uma tendência a psicologizar, culpabilizar e individualizar os problemas sociais. A psicoterapia, convertida em panaceia para todos os males, expressa o entendimento da psicologia e a psiquiatria como as responsáveis pelo cuidado em saúde mental, como se esta fosse propriedade privada do campo psi (Ribeiro, 2025). Trata-se, contudo, de uma concepção liberal, individualizante e privatista, compreendida pelo prisma da doença (seja a presença ou a ausência), incapaz de alcançar as dimensões estruturais da produção de vida da classe trabalhadora e, nela, do sofrimento psíquico.

Em consonância a Boechat (2017) e a Lacerda Jr. (2013), ressaltamos também a hegemonização de perspectivas reformistas na própria crítica da psicologia brasileira. Voltadas à emancipação política dentro dos limites da democracia liberal burguesa, acabam tomando-a como um fim em si, isto é, tendo a emancipação política como o horizonte de mudança. Assim, embora relevantes, muitas das críticas à psicologia concentram-se na democracia liberal, como se fosse possível humanizá-la, sem enfrentar a contradição capital-trabalho e sem propor rupturas profundas alinhadas à superação do capitalismo. Nessa direção acabaram reproduzindo uma função conciliatória, adaptativa e críticas mais limitadas.

Nesse contexto, constatamos o distanciamento da psicologia brasileira das teorias terceiro-mundistas, germinadas em contextos capitalistas periféricos e vinculadas a projetos revolucionários e

anticoloniais, que chegaram tardiamente ao país e à psicologia - e cuja recepção e diálogo devem ser fortalecidos. Do mesmo modo, houve uma marginalização do marxismo na psicologia, e de contribuições do pensamento social latino-americano. Em síntese, a psicologia brasileira hegemônica acabou por ignorar ou minimizar essas contribuições. Mesmo nas vertentes críticas da psicologia brasileira, noções como dialética, totalidade, classe e práxis revolucionária, estão praticamente ausentes, limitando o alcance da crítica social (Boechat, 2017).

Ainda, cabe à psicologia edificar uma práxis comprometida com as necessidades da classe trabalhadora, resgatando a memória histórica e potencializando virtudes populares. Sobre essa perspectiva, ressaltamos os vários exemplos de insurgência, entre eles, movimentos negros e de camponeses, como o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que reivindicava a abolição dos negros escravizados, as Lutas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na reivindicação da reforma agrária, dentre outros. Eles se ligam a vários outros, como movimentos feministas, indígenas, religiosos etc. e as revoltas populares do sul ao norte do país, evidenciando que a classe trabalhadora não se limita a assistir passivamente, mas tem lutado de forma contínua.

A mesma constatação vale à psicologia ou a setores dela que vêm se articulando a tais lutas, resultando em mudanças importantes. Não se pode dissociar um conjunto importante de críticas da psicologia brasileira das lutas e dos movimentos sociais, resultando em mudanças na construção de uma psicologia mais condizente com a concretude de nossa realidade e seus indivíduos. Apontamos para a importância dos movimentos antirracistas, feministas, dos povos originários, anticapacitistas, antimanicomiais, entre outros. Inclusive, tais lutas incidem nas mudanças que tivemos no perfil da profissão que, mesmo insuficientes, são relevantes ao dirimirem um pouco o seu caráter elitista e branco, devendo ser ampliadas e fortalecidas. As lutas, a não passividade e o não fatalismo da classe trabalhadora também têm interpelado, atravessado e impactado a psicologia, mesmo que com inúmeras contradições e limitações.

Cabe aos(as) psicólogos(as), como trabalhadores(as), o fortalecimento das relações com os movimentos populares e sociais e demais instrumentos de luta da classe trabalhadora. Estamos cientes que isso não é algo compulsório. Para além de psicólogos(as), os indivíduos possuem outras demandas e necessidades, exercem outros papéis e estão em posições distintas. Também não estamos aqui reivindicando uma militância ou, pior, uma doutrinação pela psicologia, já que isto diz respeito a esferas e momentos outros da vida de quem opta pela militância. Por outro lado, isso não significa alijar a psicologia de tais espaços, organizações, contextos, grupos etc. Questões como essas, frequentemente secundarizadas na psicologia, devem fazer parte de seu escopo de atuação, respeitando as atribuições da psicologia, ou seja, ao que lhe compete.

Estes são alguns dos caminhos que dizem da necessidade de a psicologia sair de si mesma, negar a si, ao menos o que ela tem sido hegemonicamente, contribuindo para a edificação de uma sociabilidade que lide de maneira mais condizente com o que é do próprio ser humano, sendo este um ser social, que se faz nas/pelas relações. Esta *saída* dela, a nosso ver, também diz respeito à necessidade de ela ser *menos* psicologia e ser mais economia política, história, sociologia, dentre outras, isto é, dialogando com outras ciências parcelares, extraindo subsídios delas e buscando minimizar as barreiras alienadas e alienantes das ciências

parcelares e da divisão social do trabalho no capitalismo. O intuito é o de edificar uma análise e práxis totalizantes, em consonância com o movimento totalizante da realidade e sua complexidade, que não podem ser compreendidos por meio da separação das ciências e, muito menos, pelo ensimesmamento de cada uma delas.

Considerações finais

Os três projetos de Psicologias da Libertação analisados permitem interrogar o caráter capitalista da psicologia e suas particularidades brasileiras, bem como os seus alicerces coloniais, dependentes, racistas, dentre outros, que expressam e reproduzem nossas estruturas sociais. Esses projetos abrem a possibilidade de novos horizontes alinhados às necessidades da classe trabalhadora, na sua diversidade e concretude, oferecendo outras maneiras de produzir conhecimento, mas, sobretudo, convocando a uma práxis comprometida, enraizada nos instrumentos de luta e nos problemas históricos que atingem as maiorias populares; isto é, um projeto ético-político.

Muitos dos impasses apontados por Merani, Martín-Baró e Bulhan são da psicologia brasileira, tais como: o alinhamento da psicologia às classes dominantes; sua gênese colonial-dependente; a apropriação acrítica de teorias estrangeiras e descontextualizadas; o racismo e o higienismo; o apoio à exploração da classe trabalhadora; a despolitização da profissão e seu distanciamento dos instrumentos e organizações de luta popular, dentre outros. Tal constatação reforça a relevância das críticas desses autores também à psicologia brasileira, apontando caminhos que superem o que a psicologia tem sido - e ela própria, neste processo.

As proposições sustentam a luta dentro da disciplina e profissão, que, ainda que limitadas pelos seus marcos, devem ser fortalecidas. Ao mesmo tempo, indicamos a necessidade de ir além da psicologia, afinal, quem interpreta a realidade e/ou age nela e com ela apenas pela psicologia, pouco compreende da realidade - ou a compreende de maneira mistificada. Sair da psicologia, aqui, no sentido de ir além dela, significando tensionar e ampliar as fronteiras abstratas do conhecimento fragmentado, buscar referências em outros campos e saberes, e atuar conjuntamente com outras áreas profissionais. Significa também assumir as necessidades da classe trabalhadora, seus problemas e respostas, substituindo idealismos metodológicos e epistemológicos por um realismo crítico. Em suma, reivindica-se uma práxis que parta das contradições e determinações de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade, das suas materializações nos territórios e nas/pelas singularidades dos indivíduos, inscritas em nosso capitalismo dependente, compreendendo como elas se manifestam também na psicologia, a fim de problematizá-las e buscar superá-las, ainda que essa superação não se realize apenas dentro da psicologia. Eis a tarefa da crítica que se põe a superar a psicologia: fazer isto também enquanto psicologia, mediando contradições. Contribuir, como psicologia, para a edificação de uma sociabilidade que não careça da psicologia, no sentido de que aquilo que é tido como sendo da psicologia seja reconhecido e (re)apropriado coletivamente, já que é social e se produz nas/pelas relações, mesmo que se expresse nas singularidades dos indivíduos.

Assim, as três propostas, colocadas em diálogo, nos permitem uma síntese superadora dialética, superando-as individualmente e sendo mais que a mera somatória delas. Sem intuito receituário, esboçamos caminhos, fazemos sinalizações para uma Psicologia da Libertação que se fundamente em cada uma das três, as incorpore, mas as supere qualitativamente. Uma Psicologia da Libertação que aponte para nossa libertação da própria psicologia: um processo que se dá tanto no interior dela, enquanto horizonte e crítica desde os seus fundamentos, quanto fora dela, numa práxis comprometida com a transformação da realidade; um *processo* que é, ao mesmo tempo, um *horizonte* a ser pavimentado. Em última instância, essa síntese possibilitada pela amálgama dos projetos de Psicologia da Libertação de Merani, Martín-Baró e Bulhan, não pode ser entendida apenas como mais uma forma de psicologia, mas como um projeto ético-político que contribui para a nossa libertação da psicologia, como produto e produtora da emancipação humana.

Referências

- ANTUNES, M. A. M. A psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, p. 44-65, 2012.
- BOECHAT, F. M. A psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, p. 57-70, 2017.
- BONFIGLI, J. A. C. Una aproximación bibliográfica a la obra del Dr. Alberto L. Merani. **Psicologia para América Latina**, n. 16, 2009.
- BULHAN, H. A. **Frantz Fanon and the Psychology of Oppression**. New York: Plenum Press, 1985.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Censo da Psicologia Brasileira 2022: Quem faz a psicologia brasileira?** Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/>. Acesso em: 22 dez. 2025.
- COSTA, P. H. A; FARIAS, T. M. Contribuições da Teoria marxista da dependência à (crítica) da Psicologia brasileira. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 331-360, 2022.
- COSTA, P. H. A; MENDES, K. T. “A descolonização jamais passa despercebida”. Fanon e a descolonização da e na psicologia brasileira. **Revista História e Luta de Classes**, n. 40, p. 50-53, 2025.
- COSTA, P. H. A; MENDES, K. T. Ventos de Fanon na Psicologia: Hussein Bulhan e a Psicologia da Libertação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 42, 2025.
- COSTA, P. H. A. **Saúde Mental e Luta: a luta (é) por saúde mental**. São Paulo: Usina Editorial, 2024.
- COSTA, P. H. A; MENDES, K. T. Psicologia (s) da Libertação: Costuras entre Alberto Merani e Ignacio Martín-Baró. In: MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. (Orgs.). **Nuestra América, Nuestra Psicología? Psicología, crítica(s) e caminhos possíveis**. São Paulo, SP: LavraPalavra, 2022.
- GUZZO, R. L. Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a psicologia. In: F. LACERDA JR.; R. S. L. GUZZO (Orgs), **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea. 2010.
- LACERDA JR., F. Colocando a psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Martín-Baró. In: F. LACERDA JR. (Org.) **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais/Ignacio Martín-Baró**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LACERDA JR., F. Historicizar para libertar: a proposta de Psicologia da Libertação. In: F. T. PORTUGAL; C. FACCHINETTI; A. DE C. CASTRO, (Orgs.). **História social da psicologia**. (p. 55-82). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2018.

- LACERDA JR., F. O subjetivismo e a Psicologia Crítica no Brasil: problematização do irracionalismo pós-moderno e decolonial em tempos de negacionismo neofascista. In: TULESKI, S. C. et al. (Orgs.). **Novas roupas, velhos fios: metamorfoses do fascismo na sociedade contemporânea e o papel de uma psicologia anticapitalista**. Marília: Lutas Anticapital, 2024.
- LACERDA JR., F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoria y critica de la psicologia**, São Paulo, SP, v. 3, p. 216-263, 2013.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. GUZZO; F. LACERDA JR. (Eds.), **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 1986/2011.
- MARTÍN-BARÓ, I. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: F. LACERDA JR. (Org.), **I. Martín-Baró, Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 1987/2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. La familia, puerto y carcel para la mujer salvadoreña. **Revista de Psicología de El Salvador**, v. 9, n. 37, p. 265-277, 1990.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudios de Psicología**. Campinas, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.
- MERANI, A. **Psicologia e alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- MERANI, A. **Historia critica de la Psicología**. Cidade do México: Ediciones Grijalbo, 1976.
- OLIVEIRA, L. B.; GUZZO, R. L.; TIZZEI, R. P.; SILVA NETO, W. Vida e a obra de Ignacio Martín-Baró e o paradigma da libertação. **Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró**, São Paulo e El Salvador, v. 3, n.1, p. 205-230, 2014.
- PRASHAD, V. **Estrela vermelha sobre o terceiro mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- RIBEIRO, G. F. Faça terapia! A psicologização das expressões da questão social na realidade brasileira. **Humanidades e Tecnologia**, Paracatu, v. 57, p. 96-117, 2025.
- YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.

¹ Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Psicólogo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Currículo
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5004660817854381>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7752-5065>. E-mail: guilhermefariaribeiro@hotmail.com.

² Pós-Doutorado pela Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo, U.MICHOCANA, México. Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do grupo Psicologia e Ladinidades. Currículo
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6035950598297383>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>. E-mail: phantunes.costa@gmail.com

Recebido em: 06 de jan. 2026
Aprovado em: 05 de maio 2026